



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE E A ACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO

Autores: GUSTAVO CARVALHO DE MATOS, JOÃO VITOR SANTOS CALZAVARA, KELLEN BRUNA DE SOUZA LEITE, VICTÓRIA RUAS DE FREIRE COSTA, DANIEL ANTUNES FREITAS

RESUMO: A atenção básica em saúde é, hoje, orientada pelo modelo de Estratégia de Saúde da Família. Diversos programas e políticas, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foram criadas com o intuito de expandir e consolidar a Atenção Básica. Apesar disso, a acessibilidade aos serviços de saúde continua sendo um dos principais obstáculos relacionados à assistência básica à saúde, especialmente ao se referir aos portadores de deficiência física. O objetivo deste estudo é entender e discutir as políticas de organização da atenção básica com um olhar voltado para a assistência à saúde de portadores de deficiência física. Isso é importante socialmente quando se tem ciência que existem mais de 45 milhões de portadores de deficiência física no Brasil que, muitas vezes, não usufruem de tudo que se tem direito. A metodologia utilizada para a construção do estudo foi uma revisão sistemática da literatura a partir das bases de dado SciELO, PUBMED e Science Direct, com adoção de descritores científicos, como: Acessibilidade AND Saúde, Acessibilidade AND Deficiência, e Acessibilidade AND Saúde AND Deficiência. A pesquisa foi realizada apenas no idioma português e sem restrição de datas. Foram encontrados um total de 24 artigos. Após a leitura dos títulos dos mesmos, restaram 13 artigos; por fim, após a leitura do resumo de cada um, foram selecionados 8 artigos para a leitura na íntegra. Foi evidenciada uma parceria débil entre o serviço, a gestão e as políticas de organização da Atenção Básica. No que se refere à acessibilidade do deficiente físico à atenção primária, os dois principais obstáculos observados foram a inadequada estrutura física das Unidades Básicas de Saúde e precário suporte à mobilidade e ao transporte desse grupo. Apesar das diversas políticas e programas que visam melhorar o atendimento dos deficientes físicos, incluindo leis constitucionais e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, existe apenas um estudo no Brasil que avalia o ponto de vista dos deficientes com relação à atenção básica. E por isso é necessário amplificar e desenvolver estudos, projetos e programas voltados para tal.